



## ÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

---

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE  
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, ESPÍRITO SANTO**

### **EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI SUBSTITUTIVO Nº 003/2019.**

Suprime o do artigo oitenta e dois do Projeto de Lei Substitutivo nº 003, de 2019, do Poder Executivo, que versa sobre "alteração do percentual para cálculos efetuados sobre o vencimento do cargo efetivo, previsto no art. 142, §1º da Lei nº 4009/1994" e dá outras providências.

**Proposta:** Supressão do art. 82 do Projeto de Lei Substitutivo nº 003/2019.

### **JUSTIFICATIVA:**

O artigo 82 do Projeto de Lei Substitutivo nº 003/2019 ao Projeto de Lei nº 53/2019, versa sobre a alteração do percentual de remuneração do quinquênio e decênio sobre o vencimento do cargo efetivo.

Ocorre, todavia, que o art. 4º do referendado Projeto de Lei Substitutivo nº 03/2019, normatiza a possibilidade de opção do servidor público em permanecer no regime de vencimentos ou aderir ao novo regime de subsídio.

Ocorre ainda que o art. 6ª do já mencionado Projeto de Lei Substitutivo nº 03/2019, garante o direito do servidor ou empregado publico municipal que não exercer o direito de opção ou recusar a fazê-lo, permaneça remunerado pela modalidade de vencimentos **com todos os direitos e vantagens adquiridos até dezembro de 2019.**

---

*"Feliz a nação cujo Deus é o Senhor"*

---

Rua Barão de Itapemirim, 05 – Centro – CEP: 29300-110 – Cachoeiro de Itapemirim –  
Espírito Santo

**PABX: (28) 3526-5622 – FAX: (28) 3521-5753 – E-mail: cmci@cmci.es.gov.br**



## ÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

---

Neste contexto, apesar do referido art. 6ª desta lei teoricamente garantir os direitos e vantagens adquiridos àquelas pessoas que não exerçam seu direito de opção, o art. 82 desta mesma Lei **altera o percentual do adicional por tempo de serviço dos servidores ou empregados públicos municipais, diminuindo este referendado percentual, o que por certo infringe os 'direitos adquiridos' da redação do art. 6ª desta Lei.**

Há de ser notado que se o art. 6ª desta lei garante os direitos e vantagens do servidor que optar pela modalidade de vencimentos, todavia, o art. 82 desta mesma lei altera, isto é, diminui a porcentagem do pagamento de adicional por tempo de serviço, bem como a gratificação de assiduidade, **não estando, portanto, em harmonia legislativa, o que resta a gerar grandes e graves prejuízos àqueles servidores e/ou empregados públicos municipais que optarem por permanecerem no regime de vencimentos, de modo que necessário se faz, para que o art. 6ª não gere interpretações conflituosas, a supressão do art. 82 deste projeto de Lei Substitutivo nº 03/2019.**

Dentro desta narrativa, há grande necessidade de supressão do art. 82º do PL Substitutivo nº 03/2019, visto que é totalmente desarmonioso com a redação do art. 6º desta mesma Lei. Outrossim, por retirar direitos já adquiridos de servidores que optarem pela permanência ao regime de vencimentos, suprime do trabalhador o livre exercício de optar por um dos modelos de remuneração oferecidos pelo Município de Cachoeiro de Itapemirim, bem como o induz na livre escolha do servidor que deve ser exercida de forma livre e consciente, de maneira que deve o art. 82 ser suprimido do Projeto de Lei Substitutivo nº 03/2019.

Cachoeiro de Itapemirim – ES, de setembro de 2019.

**DIOGO PEREIRA LUBE**

**vereador**

*“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”*

---

Rua Barão de Itapemirim, 05 – Centro – CEP: 29300-110 – Cachoeiro de Itapemirim –  
Espírito Santo

**PABX: (28) 3526-5622 – FAX: (28) 3521-5753 – E-mail: cmci@cmci.es.gov.br**